



Programa de Ação e Orçamento
2018

Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	2
1. Evolução do contexto	3
2. Síntese do desempenho de 2017	4
3. Programa de Ação e Orçamento para 2018.....	6
3.1 Orientações estratégicas e medidas de ação	6
3.2 Objetivos orçamentais para 2018	9
3.3 Balanço Previsional	10
3.4 Demonstração de Resultados Previsional	11
1	—
Glossário	12

Mensagem do Presidente

O Conselho de Administração do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) submete à aprovação da Assembleia Geral o Programa de Ação e Orçamento para 2018, acompanhado do parecer favorável do Conselho Fiscal, após a apreciação, igualmente favorável, do Conselho Geral, no quadro das disposições estatutárias.

Este documento descreve as ações a empreender e os objetivos a atingir, no próximo ano, para executar as Linhas Gerais de Orientação Estratégica trienais aprovadas pelo Conselho Geral, em versão revista e atualizada, no passado dia 7 de novembro. Essas orientações enquadram-se nas linhas programáticas sufragadas favoravelmente pelos associados, na assembleia geral que elegeu os atuais órgãos institucionais, em 2 de dezembro de 2015.

Para efetuar a revisão das orientações estratégicas procedeu-se à habitual análise prospectiva do contexto e da situação interna, para aferir as oportunidades, ponderando os riscos, o potencial, as capacidades e fragilidades, que determinam os desafios e as possibilidades de crescimento e desenvolvimento do MGAM. Considerámos, também, nessa análise preparatória, o trabalho que tem vindo a ser concretizado e o que está em vias de o ser, bem como os impactos já obtidos e que se esperam obter.

Concluiu-se que, a ambição de crescimento e desenvolvimento da associação, bem como das finalidades mutualistas do Grupo Montepio, com reforço do seu papel diferenciador, continua particularmente pertinente para colmatar as lacunas do mercado e da sociedade, no domínio dos benefícios sociais e da previdência complementar. Impõe-se, por isso, prosseguir o trabalho de afirmação do papel do MGAM, nas diversas vertentes da sua missão mutualista, como a maior entidade do seu género em Portugal e das maiores da Europa, assim como, reforçar o papel nuclear e motor dinamizador do Grupo Montepio, que contribua para potenciar o setor mutualista e a economia social. Estes desígnios voltaram a ser reafirmados e aprovados pelo Conselho Geral, como a visão a construir, tal como as orientações delineadas para a atingir. Este documento descreve sucintamente, nos pontos 2 e 3, o trabalho que se tem realizado este ano e o trabalho que iremos desenvolver no próximo ano para construção dessa visão.

Deste passado recente, é de destacar a capacidade de resiliência do MGAM perante, por um lado, o contexto particularmente adverso de comunicação/reputação e, por outro, a capacidade para responder às exigências e desafios da regulação.

No futuro, pretende-se reforçar o aproveitamento do potencial existente, que, em conjugação com a perspetiva da continuação da melhoria das condições envolventes, iniciada este ano, tanto a nível de mercado, como em termos da exploração da principal entidade do grupo – Caixa Económica Montepio Geral possibilitará uma progressiva otimização e geração de valor.

Trata-se de uma caminhada de longo prazo e de grande fôlego, que exige competência, preparação e resiliência, conjugadas com motivação, empenho, dedicação e esforço, características de que enformam as equipas do Grupo Montepio. Ser do Montepio é ser capaz, é ser profissional e humano, é saber ouvir e fazer-se ouvir, é informar e obter informação, é receber e partilhar, cooperar e ser solidário. É resistir e prosseguir. É ser mutualista.

Merce uma referência especial o papel de orientação, acompanhamento e controlo, mas, igualmente de cooperação, solidariedade e entreajuda que os órgãos superiores do Montepio, Conselho Geral e Conselho Fiscal, têm exercido, numa prática de coesão interna ativa, que exemplifica os princípios mutualistas.

São estes princípios que nos tornam diferentes e únicos e nos quais queremos continuar a cimentar a construção do futuro.

Juntos por todos.

Com as mais calorosas saudações mutualistas,

António Tomás Correia

1 Evolução do Contexto

Embora o PIB ainda não tenha recuperado os níveis de pré-crise, em 2017, prosseguiu o processo de recuperação da economia portuguesa, com a aceleração do crescimento do PIB, estimado em 2,5% (1,5% em 2016), acima do crescimento previsto para a zona euro.

A atual recuperação económica assenta na continuação do enquadramento internacional muito favorável, com a **procura externa** a acelerar face a 2016, crescendo acima de 4% em 2017.

A nível interno, o PIB contou com um maior dinamismo da **Formação Bruta de Capital Fixo** (FBCF), que deverá crescer 8%, em 2017, suportado pela manutenção do dinamismo empresarial e pela recuperação do investimento público e do investimento residencial.

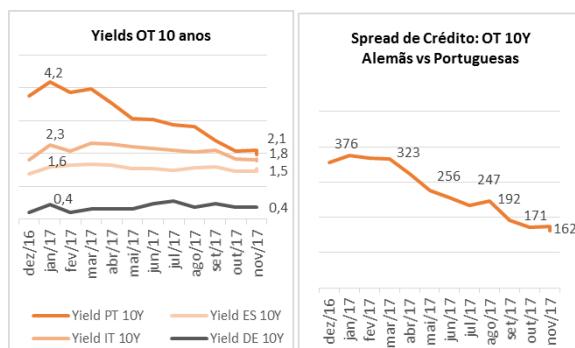
O **consumo privado** deverá crescer a um ritmo mais moderado e inferior ao do PIB, condicionado pela fraca evolução dos salários reais e pela continuação do processo de redução do endividamento das famílias.

A crescente internacionalização da economia portuguesa está a ser acompanhada pela manutenção de um excedente da **balança corrente e de capital**, que se deverá situar em 1,8% do PIB em 2017.

Continua a observar-se um aumento do emprego, em 3,1%, acima do observado em 2016, e uma diminuição da **taxa de desemprego** para 9,0%.

A **inflação**, medida pela taxa de variação do IHPC deverá aumentar de 0,6% em 2016 para 1,6% em 2017.

A nível dos mercados financeiros destaca-se a manutenção da orientação acomodatícia da **política monetária** da área do euro, mantendo-se as taxas de juro de referência de mercado de curto prazo – taxas Euribor-negativas, e a taxa de juro média de mercado dos depósitos de particulares em níveis particularmente baixos, de 0,24% em agosto 2017.

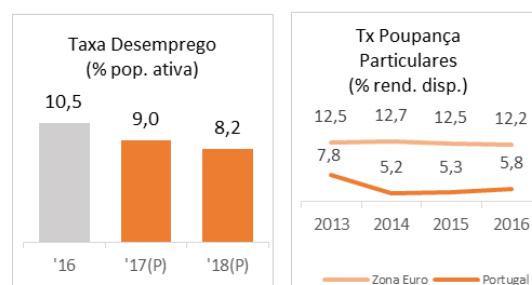
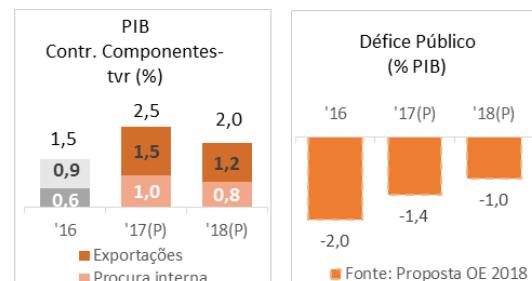


Fonte: Bloomberg

Beneficiando da percepção mais favorável dos investidores relativamente ao processo de **consolidação orçamental**, ao crescimento económico e à situação do setor bancário em Portugal, os *spreads* da dívida pública portuguesa face às *bunds* alemãs registaram uma queda acentuada no decurso de 2017, tendo o rendimento implícito (*yields*) das **Obrigações do Tesouro português** a 10 anos caído para valores inferiores a 2%, no decorrer do mês de novembro.

Este contexto prolongado de muito baixas taxas de juro continua a pressionar a rendibilidade do sistema financeiro e das diversas instituições.

Ao invés tem-se assistido a uma recuperação do **mercado imobiliário**, com o crescimento dos preços da habitação, cuja taxa acelerou desde 2016, tendo-se fixado em 8% no segundo trimestre de 2017.



Fonte: Banco de Portugal; INE, Direção Geral do Orçamento

Para 2018 prevê-se que a **economia portuguesa** mantenha a **trajetória de recuperação**, com um crescimento de 2,0%, baseado na continuação do dinamismo da procura externa e do investimento empresarial. Esta previsão assenta no pressuposto da redução sustentada do endividamento público, o que requer a **manutenção do esforço de consolidação orçamental nos próximos anos**, continuando a limitar a capacidade financeira do Estado, designadamente, nos domínios da proteção social e da previdência, na prestação de cuidados de saúde e de educação.

Ao nível **regulamentar**, perspetiva-se o reforço das exigências, designadamente a nível da solvência, dos

requisitos de governo e de controlo interno, bem como da relação com os *stakeholders* e de prestação de informação, exigências que deverão ser transversais aos diversos setores de atividade.

Perspetiva-se que a revisão do regime jurídico das associações mutualistas, que inclui o novo Código Mutualista, venha a impor novos requisitos para as associações de maior dimensão.

Igualmente de destacar são as mudanças relacionadas com os desenvolvimentos e a crescente utilização de **tecnologia digital**, que facilita as relações e promove a autonomia de funcionamento.

Os requisitos regulamentares e as alterações tecnológicas continuarão a impulsionar transformações estruturais e a determinar custos e investimentos impondo novos desafios estratégicos, de funcionamento e de gestão.

2 Síntese do desempenho de 2017

No quadro da **execução do Programa de Ação que foi definido para 2017**, a Associação Mutualista tem vindo a trabalhar, empenhadamente, para concretizar as orientações estratégicas, de crescimento sustentado, de aprofundamento da relação com os associados e de desenvolvimento das suas finalidades mutualistas, acrescidas de outras medidas e ações de resposta às exigências e desafios que lhe têm vindo a ser colocados, em consequência da materialização de alguns riscos numa conjuntura de imprevisibilidade.

A nível do **ajustamento, desenvolvimento e atratividade da oferta mutualista** merecem destaque os trabalhos nas seguintes áreas:

- **Revisão do Regulamento de Benefícios**, que se encontra em curso, no sentido de criar novas modalidades e ajustar as condições das atuais;
- **Emissão de 11 novas séries das modalidades de capitalização** Montepio Capital Certo, que têm obtido forte adesão dos associados, estando programada a emissão de mais 2 séries até final do ano, num total de 13 séries emitidas;
- **Lançamento do Plano Montepio Saúde**, que proporciona benefícios de saúde através da **atribuição do Cartão Montepio Saúde** a todos os associados efetivos, assegurando o acesso a um conjunto alargado de serviços de saúde e bem-estar;
- **Reformulação do sistema de protocolos e parcerias de oferta de benefícios complementares**, na aquisição de diversos produtos e serviços, que totalizavam 1188 no final de setembro, incluindo o estabelecimento de um

programa de benefícios âncora, de norte a sul do país, e a respetiva adaptação às novas plataformas digitais;

- **Lançamento do Programa amme – associação mutualista montepio experiências**, com a adoção de um novo conceito na oferta de benefícios complementares em iniciativas culturais, desportivas e lúdicas, com crescente participação (mais de 5 mil associados até setembro), a que se juntam as diversas atividades de dinamização associativa do **espaço m**, todas elas tendo em vista propiciar o desenvolvimento cultural, intelectual e a melhoria da qualidade de vida dos associados;
- **Reforço da identidade própria da associação** através da **dinâmica de atuação da rede de gestores mutualistas** e de **campanhas e ações de comunicação** específicas sobre o posicionamento da marca da associação e sobre a sua oferta diferenciadora, incluindo a utilização dos novos meios digitais.

Também de grande importância têm sido os trabalhos realizados e em curso no domínio das medidas de **reforço da autonomia funcional e da estrutura organizacional** própria da associação e do **desenvolvimento tecnológico e digital**. Neste âmbito, são de realçar a reformulação do *website* da associação e o lançamento da *app AMM*, bem como o desenvolvimento das bases de dados, aplicações e ferramentas de gestão interna.

Noutra vertente, é de destacar o papel ativo da Associação Mutualista em **ações de intervenção e responsabilidade social**, que, a par da Fundação Montepio, tem prestado apoio a diversas organizações e entidades, num ano em que o nosso país tem sido particularmente afetado por ocorrências trágicas, que têm feito renascer a vivência de solidariedade e de entreajuda dos portugueses.

No **domínio estratégico da gestão do Grupo Montepio** são de salientar as medidas, que tiveram grande destaque nos órgãos de informação, relacionadas com a **transformação da Caixa Económica Montepio Geral em sociedade anónima**, na sequência da revisão do regime jurídico das caixas económicas, que foi concretizada em 14 de setembro, e a **Oferta Pública de Aquisição** das Unidades de Participação do seu Fundo de Participação. Consequentemente, em 17 de novembro último, após a aquisição potestativa das ações remanescentes, a associação mutualista passou a deter 100% do capital da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG). Igualmente importante neste campo foram as **parcerias estratégicas estabelecidas** com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em 30 de junho e com a CEFC China Energy Company, Ltd., em 22 setembro, no sentido de encontrar caminhos de realização dos objetivos estratégicos de

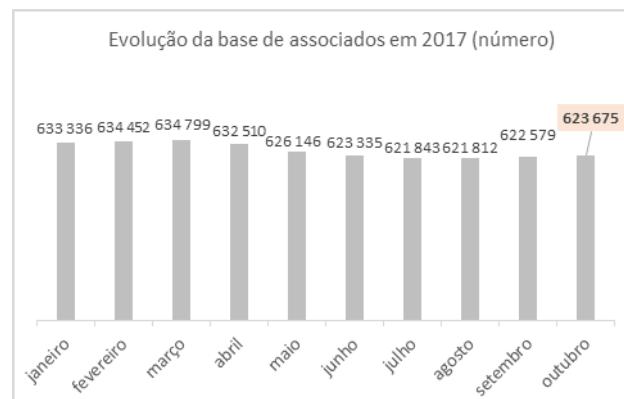
racionalização do grupo e de obtenção de condições para o seu desenvolvimento.

A atividade bancária, onde o Grupo Montepio concentra os seus investimentos e a sua atuação, através da CEMG, continua a apresentar-se, a par da atividade seguradora, altamente desafiante, devido aos condicionalismos operacionais e de mercado específicos, dada a conjuntura prolongada de muito baixas taxas de juro, e as contínuas e crescentes exigências de capital, que têm vindo a ser impostas pelas autoridades. No passado dia 30 de junho, a associação mutualista foi de novo chamada a honrar os seus deveres como entidade proprietária, **aumentando o capital da CEMG em 250 milhões de euros, por determinação do Banco de Portugal**, para efeitos de reforço da almofada de capital, no quadro dos requisitos de implementação faseada de Basileia III.

Esta operação teve, naturalmente, impacto significativo nas condições de exploração da associação, mas, permitiu **fortalecer os rácios de capital da CEMG e propiciar-lhe condições para a melhoria dos resultados**. Assim, em 30 de setembro, a CEMG obteve resultados positivos de 20,4 milhões de euros (-67,5 milhões de euros em setembro 2016) e uma melhoria dos indicadores de rendibilidade como, oportunamente, foi divulgado ao mercado. Consequentemente, melhoraram as perspetivas de recuperação da imparidade que foi constituída no balanço da associação, em 2015, para o investimento no capital da CEMG, num contexto de melhoria da situação económica e dos spreads das taxas de juro referenciais de mercado.

Em termos numéricos, sintetizam-se os principais dados relativos ao desempenho desde o início de 2017 até ao momento de redação deste documento, nos termos que se seguem.

A **base de associados** atingia 623 675 no final do passado mês de outubro evidenciando uma tendência crescente desde o mês de agosto.



A relativa estabilidade da base associativa neste passado recente demonstra um significativo nível de vinculação associativa, a oportunidade e adequação da missão mutualista às necessidades e interesses das pessoas, bem como o esforço desenvolvido pela **rede de 102 gestores mutualistas**, juntamente com a atuação dos balcões da Caixa Económica Montepio Geral. Estima-se que a base de associados possa atingir 629 331 no final do ano.

As **receitas associativas** provenientes da afetação de poupanças às modalidades mutualistas têm evidenciado um comportamento crescente, atingindo 551 milhões de euros no passado mês de outubro. Estima-se que, no final deste ano, as receitas possam atingir, aproximadamente, 748 milhões de euros, das quais, cerca de 17% referentes a modalidades atuariais e de previdência complementar, poupança reforma e rendas.



A **evolução do ativo** em 2017 reflete o expressivo montante de vencimentos programados das séries da modalidade Montepio Capital Certo, que deverão totalizar 407,2 milhões de euros até final do ano. Estima-se que o ativo líquido totalize 3.413,3 milhões de euros no final de 2017 (-8,8% face a 2016).

A evolução da composição do ativo em 2017 evidencia o aumento dos **investimentos em subsidiárias e associadas**, com mais 396 milhões de euros, determinado pelas operações relativas à CEMG, designadamente, a necessidade de proceder ao reforço do seu capital, como referido anteriormente, a que se juntam os **ativos de liquidez e financeiros**, em depósitos e carteira de títulos, de 785,6 milhões de euros, e a carteira de imóveis de rendimento em **propriedades de investimento**, no montante de 263,3 milhões de euros.

A estimativa de **Resultados Líquidos** para o exercício de 2017 vai de encontro ao valor orçamentado, de 17,4 milhões de euros, para o qual deverão concorrer:

- A melhoria dos **resultados inerentes a associados**, por via da relação entre a margem associativa e a

variação das provisões técnicas, que deverão totalizar -23,1 milhões de euros (-63,3 em 2016);

- Os **resultados financeiros**, em juros e rendimentos dos depósitos e da carteira de títulos, penalizados pelo nível muito baixo das taxas de juro, deverão alcançar um valor estimado de 42,5 milhões de euros no final do ano;
- Os **outros resultados de exploração** em rendimentos das propriedades de investimento, num valor estimado de 7,1 milhões de euros;
- A expectativa de reversão de imparidades constituídas e a contenção dos **gastos gerais administrativos**, estimados em 28,9 milhões de euros (-12% face a 2016).

3

Programa de Ação e Orçamento para 2018

As ações a empreender em 2018 enquadram-se nas Linhas de Orientação Estratégica (LOEs) aprovadas pelo Conselho Geral do MGAM para o próximo triénio 2018-2020. Essas orientações estratégicas, que resultaram da revisão das orientações anteriores, indicam a continuação do trabalho que tem vindo a ser executado, no sentido de dar resposta aos desafios do contexto externo que se perspetivam e aos constrangimentos internos, bem como potenciar as capacidades, que permitam aproveitar as oportunidades, com vista a reforçar o papel do MGAM na sociedade portuguesa como a principal entidade da economia social.

As orientações definidas têm como objetivo desconcentrar o balanço e a atividade, alargar a abrangência de benefícios, abarcando o leque de finalidades mutualistas, crescer, otimizar, comunicar, cooperar e desenvolver as competências, as relações, o mutualismo e a economia social.

Neste sentido, foram definidos 6 domínios estratégicos de atuação e delineadas as ações a concretizar em cada um deles, como se apresenta em seguida.

3.1 Orientações estratégicas e medidas de ação



1. Racionalizar e Otimizar o Grupo

Uma das prioridades de atuação presente em 2017 e que deverá prosseguir no próximo ano refere-se à **racionalização e redimensionamento da carteira de participações de capital nas empresas do grupo**, em função do respetivo valor estratégico, risco e rendibilidade.

A atual dimensão da carteira de participações de capital resultou do período de dificuldades provenientes da crise, que teve fortes impactos no setor financeiro, e das crescentes exigências de reforço dos rácios de capital por parte das autoridades de supervisão, particularmente na Caixa Económica Montepio Geral, e, também, na Lusitania - companhia de seguros, com a implementação dos regimes prudenciais de Basileia III e de Solvência II, respetivamente no setor bancário e segurador.

As medidas tomadas em 2017 criaram condições para a abertura do capital dessas entidades a outros investidores e proceder à rationalização das participações para recompor o balanço, mitigar riscos, otimizar recursos e possibilitar a geração de valor.

Para **otimizar o grupo e captar sinergias de articulação estratégica** entende-se necessário:

- **Promover o alinhamento estratégico das empresas com as finalidades e os valores mutualistas**, promovendo-se a execução do PEG – Plano Estratégico do Grupo;
- **Captar e potenciar as sinergias de relação, distribuição e de funcionamento no seio do Grupo e assegurar a convergência tecnológica**, através da centralização de funções comuns, de suporte e de staff, com a criação de uma entidade de serviços comuns às diversas entidades do grupo - Montepio Serviços, ACE (Agrupamento Complementar de Empresas);
- **Reforçar o controlo estratégico das participações de domínio**, através do aumento da *accountability*, ou seja da prestação de contas, da revitalização e dinamização do funcionamento do CEP – Comité de Empresas Participadas e do reforço da comunicação e interação de cada empresa com a casa mãe – Montepio Geral Associação Mutualista.

2. Vincular os associados e aumentar as receitas

Prosseguir as ações para fidelizar os atuais e captar novos associados e acelerar a dinâmica de captação de poupanças em receitas de modalidades mutualistas, através:

- Da dinâmica de atuação dos **Gestores Mutualistas**, reforçando as respetivas competências e

- conhecimentos sobre o mutualismo e as suas diferenças distintivas;
- Do crescente aproveitamento do potencial dos **canais de distribuição da CEMG e do Grupo** e a obtenção de sinergias de grupo;
 - Da otimização e desenvolvimento dos **canais de promoção e de divulgação** do mutualismo, com a reformulação da atual rede de promotores mutualistas e aproveitamento do potencial das parcerias, designadamente da economia social;
 - Do **alargamento da oferta** de benefícios mutualistas, das modalidades de benefícios pecuniários, aos benefícios de saúde e benefícios complementares, propiciadores da melhoria da qualidade de vida dos associados;
 - Da criação de **pacote de oferta para famílias** englobando modalidades para necessidades de aforro e proteção, consoante os ciclos de vida dos seus membros;
 - De **campanhas de comunicação** sobre a oferta mutualista e de **divulgação do mutualismo**;
 - Da elaboração e implementação de um **Manual de Vinculação Mutualista**, que apoie a ação dos gestores mutualistas e dos canais de contacto e de relação com os associados, em conjunto com o desenvolvimento dos **materiais de apoio à captação de associados e à subscrição de modalidades**;
 - Do aumento da penetração de subscrições de modalidades na base de associados e do **aumento do montante médio per capita de poupança mutualista captada**;
 - Do crescente envolvimento dos associados nas **atividades** de cariz lúdico, cultural, formativo e desportivo - atividade nos espaços Atmosfera m, em Lisboa e no Porto.

3. Criar valor mutualista

Desenvolver a relação associativa e a oferta mutualista de benefícios: pecuniários e de segurança social complementar, de saúde, equipamentos sociais e benefícios complementares, tangíveis e intangíveis, por via de:

- **Ajustamento das características das modalidades** às possibilidades e condições de mercado, concluindo e implementando um novo Regulamento de Benefícios revisto e atualizado;
- **Renovar a oferta**, com modalidades mais flexíveis, inovadoras e de fácil adesão;

- Prosseguir o desenvolvimento da oferta de **benefícios de proteção social e saúde**, com o novo Plano Saúde Montepio e **criar nova modalidade**, como previsto na revisão do Regulamento de Benefícios;
- **Desenvolver parcerias** estratégicas, designadamente com a **RedeMut**;
- Concluir o programa de **reformulação da oferta de benefícios complementares** e dos respetivos protocolos de parcerias, de âmbito nacional e local;
- Prosseguir o desenvolvimento da oferta de outras formas de proteção social que cumpram as finalidades mutualistas, designadamente **equipamentos sociais**, como sejam as **residências séniors**, e, recentemente, as **residências universitárias** para jovens;
- Desenvolver as **modalidades coletivas**, como resposta às necessidades de previdência complementar.

4. Reforçar competências

Consolidar a autonomia funcional, os processos e a tecnologia e assegurar a convergência tecnológica com as restantes entidades do Grupo, no quadro da estratégia de desenvolvimento tecnológico, atuando nos seguintes domínios:

- 7
- No **reforço da estrutura de funcionamento** da associação, dotando-a com os **recursos humanos e técnicos**, no quadro da nova estrutura orgânica criada em 2017, desenvolvendo as competências associadas à implementação deste programa de ação, ao desenvolvimento da atividade e oferta mutualistas e aos processos funcionais e de gestão;
 - No desenvolvimento das **políticas**, dos **processos e procedimentos** e respetivos **normativos**, com destaque para a política de investimentos e de gestão de balanço, com a criação do **Comité de Gestão de Ativos e Passivos – ALM (Assets and Liabilities Management)**;
 - Na continuação do **desenvolvimento tecnológico e digital**, concretizando o projeto de autonomização tecnológica do MGAM, com o desenvolvimento da Base de Dados para ações de *data-mining*, da plataforma de CRM e dos dashboards de informação de gestão, a par do sistema de relação transacional para web.
 - No **desenvolvimento do sistema de governo e de controlo interno** adequado ao perfil do MGAM e aos requisitos que lhe vierem a ser aplicáveis, no quadro das futuras alterações da revisão do regime jurídico das associações mutualistas e considerando o desenvolvimento estratégico que se pretende.

5. Prosseguir a comunicação e a cooperação

Continuar a política de comunicação da diferenciação e de divulgação do mutualismo, bem como a política de intervenção social e de cooperação.

Neste domínio pretende-se:

- Prosseguir o **reforço da identidade da associação**, particularmente no seio da rede de distribuição da CEMG e canais de promoção;
- Manter uma **política de cidadania institucional e responsabilidade social ativa**, que promova a coesão social, com os contributos para a Fundação Montepio e a relevância dos respetivos projetos e ações de intervenção social;
- Continuar a **cooperação e a colaboração dinâmica**, no plano regional, nacional e internacional, com outras mutualidades e instituições do setor da economia social, com vista ao reforço da capacidade, afirmação e influência do movimento mutualista e da economia social.

6. Desenvolver a política de responsabilidade social e sustentabilidade

Definir e implementar uma política de responsabilidade social e de sustentabilidade, convergente no seio do grupo, que defina e integre indicadores e objetivos de sustentabilidade, para além da vertente económico-financeira específica, no centro da estratégia das entidades do Grupo Montepio.

Para o efeito, pretende-se reposicionar e dinamizar a atuação do **Comité de Sustentabilidade**, abrangendo as diversas entidades do Grupo Montepio ao mais alto nível e o seu âmbito de intervenção, como órgão promotor e coordenador da política de sustentabilidade do Grupo.

Em 2018, deverão ser definidas, no âmbito dos trabalhos do Comité, as **medidas e iniciativas conjuntas e de alinhamento da política de sustentabilidade e os indicadores chave de desempenho em sustentabilidade (Key Performance Indicators)** mais ajustados a essas medidas e a cada atividade, a reportar nos respetivos relatórios e contas e no Relatório Anual de Sustentabilidade do Grupo Montepio.

3.2 Objetivos orçamentais para 2018

Atividade Mutualista	2018
	Orçamento
Número de associados	659.331
Receitas associativas em jóias, quotas, capitais e outros proveitos, das quais: (milhares de euros)	1.077.984
Modalidades atuariais	101.699
<i>Atuariais S/Reservas Matemáticas</i>	27.126
<i>Montepio 5 em 5 + Capitais Diferidos com Opção</i>	55.609
<i>Montepio 18-30 + Capitais para Jovens</i>	4.953
<i>Outras quotizações</i>	14.012
Modalidades de capitalização	973.800
<i>Capitais Certos</i>	729.600
<i>Poupança complementar</i>	231.600
<i>Poupança reforma</i>	12.000
<i>Modalidades Colectivas</i>	600
Rendas Vitalícias e Temporárias	727
Indicadores económico-financeiros	
Crescimento do ativo líquido	14,0%
Taxa de rendimento médio do ativo	2,3%
Resultado líquido (milhões de euros)	30,5
Rácio de liquidez (depósitos / responsabilidades)	6,3%
Cobertura do ativo (capital próprio / ativo líquido médio)	5,9%
Cobertura das Responsabilidades (por fundos, reservas e provisões)	105,4%

Rede de Gestores Mutualistas



3.3 Balanço previsional

(valores em milhares de euros)

RUBRICAS	2015	2016	2017	2018	Variações (%)	
	Realizado	Realizado	Estimativa	Orçamento	2017	2018
ATIVO LÍQUIDO						
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	167.225	251.715	178.235	228.916	-29,2	28,4
Ativos e investimentos financeiros	1.606.337	1.257.827	607.384	973.567	-51,7	60,3
Investimentos em subsidiárias e associadas, dos quais:	1.621.108	1.909.254	2.305.272	2.350.572	20,7	2,0
<i>Ações da Caixa Económica Montepio Geral*</i>	1.355.026	1.666.122	2.045.453	2.090.753	22,8	2,2
Propriedades de investimento	419.168	269.711	263.286	277.372	-2,4	5,3
Ativos tangíveis e intangíveis	36.023	38.390	43.383	43.220	13,0	-0,4
Outros ativos	14.210	14.976	15.706	16.526	4,9	5,2
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	3.864.071	3.741.872	3.413.266	3.890.173	-8,8	14,0
PASSIVO						
Provisões técnicas, das quais:	3.536.357	3.497.563	3.183.605	3.635.926	-9,0	14,2
<i>Provisões matemáticas</i>	3.468.519	3.432.800	3.121.582	3.575.018	-9,1	14,5
<i>Subvenções e melhorias de benefícios</i>	67.838	64.763	62.023	60.908	-4,2	-1,8
Outros passivos	119.997	55.853	23.602	24.805	-57,7	5,1
SITUAÇÃO LÍQUIDA	207.717	188.456	206.060	229.441	9,3	11,3
Fundos próprios	138.371	28.279	34.708	36.964	22,7	6,5
Excedentes técnicos	100.286	29.594	30.172	32.437	2,0	7,5
Reservas e resultados transitados	362.180	123.223	123.827	129.523	0,5	4,6
Resultado líquido do exercício	-393.120	7.360	17.353	30.517	135,8	75,9
TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	3.864.071	3.741.872	3.413.266	3.890.173	-8,8	14,0

* até setembro de 2017: participação financeira institucional e unidades de participação do fundo de participação

3.4 Demonstração de Resultados previsional

(valores em milhares de euros)

RUBRICAS	2015	2016	2017	2018	Variações (%)	
	Realizado	Realizado	Estimativa	Orçamento	2017	2018
1-MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	-571.361	-122.366	-349.577	422.526	-185,7	220,9
Proveitos Inerentes a Associados	499.219	485.861	748.018	1.077.984	54,0	44,1
Custos Inerentes a Associados	1.070.581	608.227	1.097.595	655.458	80,5	-40,3
2-VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	-538.792	-59.056	-326.444	442.430	-452,8	235,5
Aumento de Reservas matemáticas	525.957	575.356	764.753	1.091.291	32,9	42,7
Redução de Reservas Matemáticas	1.064.750	634.412	1.091.197	648.861	72,0	-40,5
3-JUROS, RENDIMENTOS E ENCARGOS SIMILARES	87.590	61.444	42.546	24.599	-30,8	-42,2
4-RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	1.859	2.774	590	572	-78,7	-3,1
5-RESULTADO DE ATIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR	-4.269	2.715	312	604	-88,5	93,3
6-RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISP. P/ VENDA E DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS	13.096	-1.395	2.189	1.900	257,0	-13,2
7- IMPARIDADES EM ATIVOS FINANCEIROS (Líquidas de reversão)	2.725	6.623	107	251	-98,4	135,6
8- PROVISÕES E IMPARIDADES LÍQUIDAS DE ANULAÇÕES E REVERSÕES	429.536	8.001	-17.150	-45.270	-314,3	-164,0
9-GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	46.483	32.793	28.850	29.332	-12,0	1,7
10-GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	363	419	450	544	7,5	21,0
11-OUTROS RESULTADOS (GANHOS E PERDAS)	20.281	52.966	7.104	7.602	-86,6	7,0
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-393.120	7.360	17.353	30.517	135,8	75,9

Glossário

A

Accontability

Termo da língua inglesa utilizado como conceito central no domínio do governo das sociedades e que pode ser traduzido como a responsabilidade de prestação de contas e prática de transparência por parte dos responsáveis das instituições, particularmente dos membros dos órgãos de administração perante as instâncias ou órgãos superiores ou aos seus representantes.

App

Abreviatura da palavra inglesa *application*, utilizada para designar uma aplicação móvel, ou seja, um *software* desenvolvido para ser instalado num dispositivo eletrónico móvel, como um telemóvel-*smartphone*.

Aquisição potestativa

Trata-se de aquisição tendente ao domínio total de uma sociedade. Tratando-se de sociedade aberta ao investimento público, a aquisição potestativa pode ser acionada quando o oferente, na sequência de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA), atinja ou ultrapasse 90% dos direitos de voto, ou tratando-se de sociedade sem capital aberto, pelo acionista que detenha pelo menos 90% do capital da sociedade, através da aquisição das ações remanescentes mediante contrapartida justa, em dinheiro, justificada por relatório elaborado por revisor de contas independente das sociedades interessadas, nos termos da lei aplicável.

Ativos

Valores patrimoniais positivos, representativos de créditos, direitos ou bens que uma entidade possui ou tem a haver. Por contraposição, os passivos são valores patrimoniais negativos, representativos de dívidas, obrigações, compromissos ou responsabilidades.

B

Balança corrente e de capital

A balança corrente refere-se à contabilização (ótica da contabilidade nacional) de quanto se recebe e paga ao exterior, por via das transações regulares de Portugal, ou de outro país, com o exterior, ou seja, exportações e importações de bens e serviços, rendimentos de quem trabalha e investe e remessas e outras transferências correntes. A balança corrente desagrega-se na balança de bens e serviços, na balança de rendimentos e na balança de transferências correntes. Quando esta balança apresenta um saldo positivo, ou superávit, indica que aumentaram os ativos sobre o exterior. Quando a balança corrente apresenta saldo negativo, ou défice, indica que a economia do país está a ser financiada pelo exterior.

A balança de capital regista as transferências de capitais que se recebem do exterior e que se pagam ao exterior (por exemplo, investimento direto estrangeiro, créditos recebidos ou diminuições de dívida ao exterior) unilaterais, ou seja, as que não geram fluxo de pagamentos em sentido oposto, entre os residentes no país e o exterior, isto é, os não residentes.

Basileia III

Acordos, conhecidos por Basileia III, que se sucederam aos acordos de Basileia II e I, firmados entre vários bancos centrais de todo o mundo, incluindo da União Europeia, coordenados pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS- *Bank of International Settlement*), sediado na cidade suíça de Basileia. Estes acordos têm em vista prevenir os riscos bancários e deram origem à regulamentação bancária de natureza prudencial, impondo às instituições de crédito requisitos mínimos de capital, os chamados rácios de solvabilidade ou **rácios de capital**.

Bunds alemãs

Obrigações do Tesouro emitidas pelo governo alemão.

C

Capitalização

Consiste no cálculo do valor futuro de um montante investido, por um determinado número de períodos, a uma determinada taxa de juro por período.

Código Mutualista

Diploma que estabelece o regime jurídico das associações mutualistas (Decreto-lei n.º 72/90, de 3 de março).

Comité de ALM – Assets and Liabilities Management

Órgão criado pelas empresas ou instituições com a missão de coordenar os trabalhos ou apoiar a gestão dos ativos (*assets*) e passivos (*liabilities*), em termos da definição da política de tolerância aos diversos riscos, tendo como objetivo obter uma rendibilidade versus exposição de risco adequada face a essa política.

Consolidação orçamental

Processo de tomada de medidas pelo Governo para promover a melhoria das contas públicas e o equilíbrio do saldo orçamental, designadamente aumento da receita e/ou redução da despesa.

Consumo privado

Despesa dos particulares, das famílias e dos agentes económicos privados, em bens e serviços usados para a satisfação direta de necessidades.

E

Economia social

Conjunto de atividades económico-sociais que têm em vista prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes (artigo 2º da Lei 30/2013-lei de bases da economia social).

Integram a economia social as cooperativas, as associações mutualistas, as misericórdias, as fundações, as instituições particulares de solidariedade social, as associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, de desporto e do desenvolvimento local e outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da economia social, como sejam: o primado das pessoas e dos objetivos sociais; a adesão e participação livre e voluntária; o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparéncia, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; a gestão independente e autónoma e a afetação de excedentes à prossecução dos fins das entidades (artigo 5º da lei de bases da economia social).

F

Formação Bruta de Capital Fixo

Rubrica da contabilidade nacional que se refere, grosso modo, ao investimento realizado, público e privado, mais a variação das existências, isto é, saldo dos bens e serviços que já tendo sido produzidos, ou estejam em fase de produção, mas, ainda não foram objeto de transação e que se encontram em inventário.

G

Gastos Gerais Administrativos

Englobam os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal.

Governo ou Governance

Governo das instituições ou das empresas e que comprehende a forma como os órgãos de gestão, controlo e fiscalização se organizam e atuam, envolvendo o conjunto de processos, políticas e regras inerentes ao exercício das funções de gestão e controlo.

I

IHPC - Índice harmonizado de preços no consumidor (em inglês: Harmonised Index of Consumer Prices - HICP)

Indicador de preços utilizado pelos países da União Europeia. A palavra “harmonizado” significa que este indicador mede os preços de um “cabaz” de produtos habitualmente consumidos e que é igual para todos os países membros da União Europeia, ou seja, os produtos que integram os cabazes em cada um desses países são os mesmos.

Inflação

Aumento dos preços dos bens e serviços.

Imparidade

Um ativo fixo (tangível ou intangível) está em imparidade quando a sua quantia recuperável é inferior à quantia escriturada / registada no balanço.

M

Margem Associativa

Resulta da diferença entre Proveitos Inerentes a Associados e Custos Inerentes a Associados.

Modalidades mutualistas

Soluções de poupança e proteção associativa que se constituem como regimes complementares de Segurança Social, de iniciativa individual ou coletiva, que conferem benefícios para o associado que as subscreveu ou para os beneficiários por ele indicados e que têm em vista prevenir contingências, a reforma, as situações de morte, invalidez. As modalidades mutualistas agrupam-se em 2 grandes grupos:

- **Modalidades atuariais**

Destinam-se a garantir um determinado capital ou uma determinada pensão de sobrevivência/velhice, cobrindo as contingências relativas a invalidez e morte.

- **Modalidades de capitalização**

Destinam-se a constituir e valorizar a poupança, com a atribuição de um benefício pecuniário, numa ótica de investimento de médio / longo prazo.

O

Obrigações do Tesouro português

Títulos de dívida pública portuguesa.

Oferta Pública de Aquisição

Operação através da qual um investidor (oferecente) anuncia que pretende adquirir uma participação ou a totalidade das ações de uma empresa cotada em bolsa (sociedade visada). A oferta é tornada pública através da divulgação nos meios exigidos pela entidade reguladora (CMVM-Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) e, dirige-se a todos os acionistas/detentores de capital da sociedade visada e é feita oferecendo um determinado preço por ação/título de capital.

P

14

PIB – Produto Interno Bruto

Valor final da produção das unidades produtivas residentes no país no período de referência e que pode ser calculado segundo a ótica da produção, da despesa e do rendimento.

Política monetária acomodatícia

O objetivo primordial da política monetária da área do euro é a manutenção da estabilidade de preços, ou seja, a manutenção do poder de compra da moeda. As atuais medidas de política monetária do Banco Central Europeu surgiram num quadro de tendência de redução generalizada de preços (deflação), constituindo medidas expansionistas, porque visam aumentar o crédito à economia, para financiar os investimentos do setor privado, fomentando, desta forma, o crescimento económico e a geração de novos empregos. Estas medidas são de dois tipos: medidas convencionais, que incidem na definição e controlo das taxas de juro, e medidas não convencionais, que reforçam as primeiras, que se referem ao programa de compras de ativos financeiros e a operações de refinanciamento, com condições especiais.

Procura externa

Refere-se às exportações de bens e serviços.

Procura interna

Diz respeito à despesa efetuada pela população residente englobando a soma do consumo privado, do consumo público e do investimento bruto

R

RedeMut

Projeto inovador, nascido por iniciativa de um conjunto de associações mutualistas portuguesas que decidiram unir esforços em torno do objetivo comum de prestar cuidados de saúde à comunidade de associados que as integram.

Rendimento Disponível

Corresponde ao rendimento que a globalidade das famílias de uma economia tem disponível para utilizar no consumo de bens para satisfazer as suas necessidades e em poupança.

Regulamento de Benefícios

Documento, aprovado pela assembleia geral, pelo órgão que tutela as associações mutualistas e registado na Direção Geral da Segurança Social, que contém toda a informação sobre as características, condições de subscrição e direitos aos benefícios das modalidades mutualistas.

Responsabilidade Social

Ações e medidas que as instituições ou empresas tomam, numa base voluntária, tendo em vista não só os interesses dos seus proprietários, mas, também, os interesses de outras partes com as quais interagem, designadas como **partes interessadas, ou stakeholders**, como sejam os clientes, os colaboradores, os fornecedores e parceiros, as autoridades, as comunidades locais, os concorrentes e a sociedade em geral. Essas ações e medidas têm por finalidade contribuir para uma sociedade mais justa, coesa e para um ambiente mais limpo.

S

Solvabilidade

Relação entre os capitais próprios e o ativo total.

Solvência II

Regime legal prudencial para as companhias de seguros, introduzido pelas Diretivas 2009/138/EC e diretiva 2014/51/EU que substituiu o regime anterior de Solvência I. Este regime define os requisitos de capital para as companhias de seguros em função dos perfis de risco.

Spreads de crédito ou de dívida

Diferença das *yields* ou taxas de rendimento entre diferentes títulos de dívida, devido à diferente qualidade de crédito, que traduz o *yield* adicional que um investidor pode obter de um título com maior risco de crédito face a outro título com menor risco de crédito. O risco de crédito é o risco de perda em que o investidor incorre se houver incapacidade do emissor do título, ou beneficiário do crédito, de satisfazer as suas obrigações, com o serviço da dívida, para com os credores/investidores.

Sinergia

Conceito que se refere ao efeito de um esforço coletivo, que gera um valor superior ao valor do conjunto das atuações individuais. Trata-se do efeito resultante da ação coordenada de vários agentes com objetivos comuns, designadamente através de cooperação, interação e partilha de conhecimento e de informações, envolvendo todos os departamentos de uma empresa, ou entre um grupo de empresas, para alcançar objetivos comuns de modo mais eficaz e eficiente.

Staff

Colaboradores que exercem funções centrais de assessoria ou de apoio e desenvolvimento dos processos de gestão e controlo.

T

Taxa de desemprego

Proporção de pessoas em idade ativa sem emprego e que o procuram face ao total da população ativa (população com emprego, mais a população que procura ativamente emprego e a população que está desempregada).

Taxas de juro Euribor (*Euro Interbank Offered Rate*)

Taxas de juro médias de mercado, que se baseiam na média das taxas de juro praticadas nas operações entre os principais bancos da zona euro e que são divulgadas todos os dias úteis, cerca das 11:00 horas.

Tvr - taxa de variação real homóloga

Expressa a variação em volume no período, considerando os preços constantes, ou seja, a variação das quantidades produzidas sem o efeito da variação dos preços, face ao mesmo período do ano anterior.

Tecnologia Digital

Representação da informação utilizando dispositivos digitais, isto é, dispositivos (computadores portáteis, tablets, telemóveis, etc...) que procedem à transmissão, processamento ou armazenamento de sinais digitais, através da transformação de qualquer linguagem, imagens, sons e textos em linguagem binária de zeros e uns (0 e 1). A palavra digital vem do latim – *digitus*, ou dedos, que sempre foram usados para a contagem.

W

Website

Palavra inglesa resultante da conjugação de *web* (rede) com *site* (sítio), que se refere a um conjunto de páginas, ou hipertextos, com informação relativa a uma entidade ou instituição acessíveis na internet.

Y

Yield

Para uma obrigação, é a taxa interna de rentabilidade, que consiste em avaliar o retorno futuro da obrigação face ao preço praticado no mercado.

Z

Zona Euro

Conjunto dos Estados-Membros da União Europeia (EU) que adotaram o euro como moeda única em que se inclui: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

PARECER DO CONSELHO FISCAL
DO MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
SOBRE A PROPOSTA DO PROGRAMA DE AÇÃO E ORÇAMENTO 2018

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos da alínea a) do artigo 36º dos Estatutos do **MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA** (adiante designado por MGAM), compete ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre a **Proposta do Programa de Ação e Orçamento 2018 (PAO 2018)**, documento que nos foi apresentado pelo Conselho de Administração do MGAM.

O Conselho Fiscal procedeu à sua leitura, discussão e análise, quer no que se refere aos seus aspetos qualitativos, quer no que se refere aos seus aspetos quantitativos, discutiu o seu conteúdo com os principais responsáveis pela sua preparação de forma a poder emitir o documento que agora se apresenta.

II. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA 2018/2020

O Programa da Ação apresentado assenta em seis grandes Linhas de Orientação Estratégica, a saber:

- 1. Racionalizar e otimizar o Grupo Montepio**, com o *focus* em três áreas de atuação por forma a: alinhar a estratégia de todas as Empresas do Grupo; promover a concretização do PEG - Plano Estratégico do Grupo; e captar e potenciar sinergias, através da criação de um ACE que centralize os serviços que são transversais a todo o Grupo;
- 2. Fidelizar os Associados e aumentar as receitas**, que engloba nove políticas, as quais, no essencial, visam: dar força e melhorar as competências da rede oportunamente criada dos Gestores Mutualistas; potenciar os canais que possibilitem uma melhor interligação entre o MGAM, a CEMG e as restantes Empresas do Grupo Montepio; otimizar os canais de promoção e de divulgação de matriz mutualista; promover o alargamento da oferta de todos os benefícios mutualistas; criar um pacote de oferta mutualista de âmbito familiar de forma a cobrir todas as etapas da vida dos Associados; melhorar a percepção e divulgação do que é a realidade mutualista; criar e distribuir o Manual de Vinculação Mutualista; aumentar a captação média de aforro por cada um dos seus Associados; e aumentar o envolvimento dos Associados em todas as atividades promovidas pelo Grupo;



- 3. Criar valor mutualista**, que será potenciado por sete políticas que visam: ajustar as modalidades às exigências atuais e à realidade do mercado, o que incluirá a conclusão da revisão e atualização do Regulamento de Benefícios; renovar a oferta das várias modalidades disponíveis; reformular a oferta de benefícios complementares, prosseguir com o recém-criado Plano Saúde Montepio; desenvolver novas parcerias estratégicas; prosseguir com a oferta de novos equipamentos sociais, como sejam as residências sénior e as residências universitárias para jovens; e atuar na área da previdência complementar;
- 4. Reforçar competências**, em quatro áreas de atuação com vista a: reforçar as competências dos recursos humanos e técnicos do MGAM; criar o Comité de Gestão de Ativos e Passivos, com a missão de desenvolver e acompanhar as políticas, os procedimentos e os normativos que permitam monitorizar a política de investimentos e de controlo da gestão; continuar com o imprescindível desenvolvimento tecnológico digital da informação e comunicação; e continuar com o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema de governo societário e de controlo interno, respeitando as particularidades e especificidades do Grupo e assegurando a consonância com a legislação em vigor;
- 5. Prosseguir a comunicação e cooperação**, que envolve os vetores: reforçar a identidade do MGAM; prosseguir e intensificar a atual política de cidadania e de responsabilidade social ativa, em ligação com a sua Fundação; e reforçar a cooperação e colaboração dinâmica com as instituições do mutualismo e da economia social;
- 6. Desenvolver a política de responsabilidade social e de sustentabilidade**, através do reposicionamento do Comité de Sustentabilidade, da manutenção da publicação do Relatório Anual de Sustentabilidade e do alinhamento das medidas e iniciativas a concretizar, tendo em atenção os indicadores chave de desempenho internacionalmente reconhecidos.

III. PROGRAMA DE AÇÃO E ORÇAMENTO PARA 2018

A concretização do Programa de Ação delineado para 2018 decorre da realização dos seguintes objetivos orçamentados:

- 1. Captação de 974 M€** através de modalidades de capitalização. Este objetivo, que é essencial para o sucesso do desempenho da atividade e para o crescimento do ativo do MGAM, incorpora o pressuposto de reaplicação da quase totalidade dos 370 M€ das séries Capital Certo que se vão vencer durante o ano e a captação de cerca de 50 M€ de novas poupanças por mês;

2. Obtenção de 102 M€ em modalidades de previdência em termos anuais, o que implica a entrada de cerca 9 M€ por mês;
3. Se os dois pressupostos anteriores forem alcançados, será possível obter um crescimento do Ativo Líquido da ordem dos 14%, de forma a atingir o limiar dos 3 890 M€;
4. Valorização dos Investimentos em subsidiárias e associadas em 45 M€;
5. Contenção dos Gastos Gerais Administrativos na linha dos 29 M€;
6. Apuramento de cerca de 25 M€ de resultado positivo nas rubricas de Juros, Rendimentos e Encargos similares;
7. Manutenção dos Resultados com Propriedades de Investimento, essencialmente resultantes de imóveis arrendados a terceiros, na ordem dos 14 M€;
8. Obtenção de uma taxa de rendimento médio do Ativo de 2,3%, bastante ambiciosa no contexto atual de taxas de juros negativas;
9. Atualização da taxa de desconto dos testes de imparidade efetuados à CEMG, libertando 45 M€ de imparidades e, desta forma, perspetivando um lucro de 30,5 M€ até ao final de 2018;
10. Evolução dos indicadores de Liquidez, Cobertura do Ativo e Cobertura das Responsabilidades para, respetivamente, 6,3%, 5,9% e 105,4%.

IV. COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA DO DOCUMENTO APRESENTADO

1. O documento apresentado, embora siga uma estrutura similar ao apresentado em relação a PAO 2017, sofreu, no entanto, uma evolução positiva, tendo sido alvo de um maior apuro na sua elaboração e apresentação. Apresenta os pressupostos com maior detalhe, o que permite percecionar quais os objetivos que o MGAM pretende alcançar no decurso de 2018 e de que forma as políticas e os programas de atuação contribuem para afirmar a sua matriz mutualista e a sua vocação para ser um verdadeiro pilar da economia social.
2. À semelhança do que já vinha do passado, houve o cuidado de manter um glossário técnico, no qual se adicionou cerca de vinte novos conceitos, de forma a permitir que os Associados menos versados na terminologia económica utilizada no texto, possam acompanhar mais facilmente o documento em toda a sua extensão.
3. O PAO 2018 está alinhado com Linhas de Orientação Estratégica 2018/2020, que foram aprovadas em sede de Conselho Geral, em 24 de Outubro de 2017.

V. FACTOS RELEVANTES

Tendo concluído que o atual PAO 2018 constitui um documento suficientemente bem preparado, e sem colocar em causa o parecer expresso na seção VII, abaixo, o Conselho Fiscal considera importante, no entanto, de referir os seguintes factos relevantes:

1. O Orçamento para 2018 prevê a reversão de aproximadamente 45 milhões de euros, uma pequena parte das imparidades reconhecidas e mantidas nas contas desde 2015, num valor acumulado próximo dos 350 milhões de euros, mesmo quando já se começam a antever condições que poderão justificar a sua reversão total. Recordamos que a imparidade mais relevante, a que se refere à perda de valor da sua mais importante subsidiária, a CEMG, advém da avaliação efetuada com base nos fluxos financeiros libertos futuros, os quais foram atualizados a uma taxa de desconto, composta por várias componentes de risco e de remuneração de capitais e em função das condições conjunturais daquele momento de avaliação. De então para cá, os riscos associados ao investimento no País estão relativamente minorados, facto que tem sido sufragado pelas principais agências internacionais de rating. O setor bancário em Portugal ultrapassou os principais problemas com que se vinha debatendo durante os últimos anos, sendo que a própria CEMG apresenta atualmente uma estrutura mais robusta de capitais e de rácios e apresentou resultados positivos nos três primeiros trimestres de 2017. Assim, será de crer que uma reversão mais profunda do valor da imparidade possa vir a ocorrer em breve. Ao reverter apenas uma pequena parte da imparidade, o Conselho Fiscal considera que o PAO 2018 foi elaborado, e bem, de forma prudente e conservadora;
2. A evolução do número de Associados prevista para 2018 (659 331 Associados), aponta para valores muito idênticos aos que já tinham sido projetados para 2017 (660 000 Associados). Contudo, como os valores reais observados até Outubro de 2017 apontam para o registo de 624 000 Associados, para atingir o valor orçamentado no final de 2018, terão de ser angariados cerca de 2 500 novos Associados em cada mês, número que ficará não só a depender do esforço da atual rede de Gestores Mutualistas, mas, também, da eficiente e eficaz interligação entre os serviços do MGAM e da CEMG;
3. Na sequência do memorando de entendimento assinado em 30 de Junho do corrente entre o MGAM e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), antevê-se a possibilidade desta entidade adquirir uma participação acionista no capital da CEMG, o que, a acontecer, ocasionará no balanço do MGAM uma redução dos Investimentos em subsidiárias e associadas, por contrapartida de um encaixe financeiro do mesmo montante. Esta melhoria da liquidez não foi contemplada, e bem, no presente PAO, por questões prudenciais.

VI. LIMITAÇÕES QUANTO À EXECUÇÃO DO PAO

Um Programa de Ação e Orçamento, qualquer que seja a entidade que o formula, comporta sempre algum risco de não cumprimento. A avaliação de que um plano previsional foi cumprido, no todo ou apenas em parte, só será reconhecida quando o período de execução chegar ao seu término. Esta assertão é tanto mais verdadeira quanto maior for a volatilidade política e económica do período a que o mesmo se reporta. Assim, importa salientar que, apesar de algumas das estimativas serem determinadas com base nas melhores técnicas disponíveis, muitas delas ditadas por entidades externas, como acontece com as taxas de inflação, de juro, de desemprego, e de crescimento da economia, por exemplo, outras estimativas e previsões são baseadas na evolução esperada de certos fatores, os quais, por vezes, não ocorrem em toda a sua extensão conforme era expectável, não se podendo imputar aos preparadores da informação o facto desses fatores terem ocorrido de forma diferente da esperada.

VII. PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao **Programa de Ação e Orçamento 2018**, nos moldes apresentados pelo Conselho de Administração do **Montepio Geral Associação Mutualista** e, como tal, este Conselho Fiscal emite parecer favorável a que este documento seja aprovado pela Assembleia Geral.

Lisboa, 28 de Novembro de 2017

O CONSELHO FISCAL



Manuel Rui dos Santos Caseirão – Presidente



Isabel Cidrais Guimarães - Vogal



António Mendes de Almeida - Vogal